



REBENA

Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 7, 2023, p. 180 - 187

<https://reben.emnuvens.com.br/revista/index>

Convivendo e Fortalecendo Vínculos entre Adolescentes no Centro de Referência de Assistência Social de Arraial d'Ajuda, Bahia, Brasil

Living Together and Strengthening Bonds among Adolescents at the Social Assistance Reference Center in Arraial d'Ajuda, Bahia, Brazil

Paulo Henrique Passos Dutra¹ Everaldo Lauritzen Lucena Filho²

Submetido: 25/07/2023 Aprovado: 16/08/2023 Publicação: 22/08/2023

RESUMO

O presente estudo objetivou compartilhar com operadoras (es) da Política Nacional de Assistência Social de Porto Seguro e de outros municípios as metodologias utilizadas pelo CRAS Arraial d'Ajuda na criação de um espaço de convivência para adolescentes de 15 a 17 anos no intuito de promover o convívio Social, refletir sobre esta fase da vida, a participação cidadã e o desenvolvimento do protagonismo nos adolescentes, bem como fomentar o convívio intergeracional, estabelecidos no projeto de intervenção do referido Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O Serviço acontecia através de dois encontros por semana, nos turnos matutino e vespertino no intuito de resguardar a presença escolar e ampliar a participação dos adolescentes da comunidade. De forma geral pudemos perceber no desenvolvimento do trabalho, mudanças significativas no modo como os adolescentes percebem o mundo e as pessoas à sua volta e como a participação no SCFV promoveu o respeito às diferenças e, sobretudo, a consciência de que todos somos sujeitos de direitos e deveres.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

ABSTRACT

The aim of this study was to share with operators of the National Social Assistance Policy in Porto Seguro and other municipalities the methodologies used by CRAS Arraial d'Ajuda to create a living space for adolescents aged 15 to 17 in order to promote social interaction, reflect on this phase of life, citizen participation and the development of protagonism in adolescents, as well as fostering intergenerational interaction, established in the intervention project of the aforementioned Service for Living Together and Strengthening Links. The service took place through two meetings a week, in the morning and afternoon shifts, in order to safeguard the school presence and broaden the participation of adolescents from the community. In general, we were able to see significant changes in the way teenagers perceive the world and the people around them and how participation in the SCFV promoted respect for differences and, above all, awareness that we are all subjects of rights and duties.

Keywords: National Social Assistance Policy. Coexistence and Bond Strengthening Service

¹ Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais na UFSB.

² Doutorado em Estado e Sociedade – UFSB. aldolauritzen@hotmail.com

1. Introdução

O presente artigo objetiva compartilhar, em formato de relato de experiência, os resultados positivos alcançados no trabalho realizado com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para Adolescentes no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Arraial d'Ajuda, Distrito de Porto Seguro – Bahia. Os SCFV se destinam a crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social pertencentes à área de abrangência do CRAS e visam aprofundar competência e habilidades progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, objetivando assegurar espaços de convivência familiar e comunitária, de semelhante maneira desenvolver relações de afetividade e sociabilidade, valorizando a cultura local.

O trabalho com os SCFV é desafiador para as (os) operadoras (es) da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), uma vez que as atividades a serem desenvolvidas com os coletivos são criadas em grande parte, a partir das demandas dos próprios participantes do Serviço. Nesse sentido, como resultados das ações desenvolvidas no SCFV no distrito de Arraial D'Ajuda podemos citar que alcançamos os objetivos propostos inicialmente, pois houve coesão grupal, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e desenvolvemos o protagonismo nos adolescentes por meio do empoderamento de veículo de comunicação local e dos recursos turísticos, bem como o sentimento de pertença e reconhecimento do território.

Sendo assim, acreditamos que o relato dos resultados positivos alcançados no trabalho desenvolvido com os SCFV é de grande relevância, pois acreditamos que a troca de experiências bem-sucedidas pode contribuir para a qualidade do Serviço em Porto Seguro e em outros municípios.

2. Marco Teórico

2.1. Adolescência

A apresentação de contribuições do SCFV na vida de adolescentes frequentadores desse serviço no CRAS Arraial d'Ajuda demanda inicialmente refletir sobre a definição do fenômeno adolescência. No presente artigo a compreendemos como um período da vida no qual acontecem várias mudanças físicas, psicológicas e comportamentais, que provocam nos indivíduos que se encontram neste momento de vida aquilo que Knobel e Aberastury (1989) afirmam ser a síndrome normal da adolescência.

Tal construção teórica dos referidos pesquisadores caracteriza essa fase como um momento que promoverá o aparecimento de características psicológicas bem próprias deste período, como por exemplo, a busca de si mesmo e de uma identidade própria, uma pulsão de ten-

dência grupal, marcada pela identificação coletiva, a necessidade de intelectualizar e fantasiar como tentativa de explicação racional e moral do mundo que cerca o adolescente, deslocamento temporal, atitude social reivindicatória, afastamento dos pais e a busca por pares e flutuações do humor (KNOBEL & ABERASTURY, 1989).

Estaria a adolescência em adjacência à infância, ao que nos lembra Volpi (2015) que podemos pensar que a criança e o adolescente merecem ser considerados como sujeitos em desenvolvimento, logo merecedores alvos de proteção integral.

No geral, usamos as palavras puberdade e adolescência de semelhante maneira, mas Kalina (1979) advoga uma distinção entre esses dois termos. O primeiro é preponderantemente biológico e caracterizando-se por mudanças corporais como aparição da menstruação, pelos pubianos, alterações vocais, ejaculação e outros fenômenos físicos.

Coadunando com a proposição anterior, temos para Meneses, Campos e Toledo (2008) que a puberdade é de ordem biológica conexa às mudanças fisiológicas e morfológicas advindas da reativação dos mecanismos neuro-hormonais. Para eles, as alterações básicas da puberdade são o estirão puberal e as transformações na estruturação, além do desenvolvimento gonadal, dos órgãos genitais e reprodutores e das características sexuais secundárias.

Já a adolescência, segundo Kalina (1979), seria o componente social e psicológico do processo que é constantemente determinado, modificado e influenciado pela sociedade e pela cultura. Isso não significa, segundo o autor, que a puberdade também não possa ser influenciada pelo fator social.

Acreditando que tal quadro marcado por mudanças constantes irá promover sentimento de angústia e medo para este ser que sabe que não é mais criança, mas também não é adulto, o adolescente poderá experimentar a incerteza como firmamento desta etapa de sua vida.

Complementando a discussão, Szymanski (2004) aponta que famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social enfrentarão um cenário mais adverso que outras famílias no acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos na infância e adolescência. Para tal autora a pobreza terá influência direta nas relações intrafamiliares, onde a privação econômica poderá diminuir na capacidade de uma orientação consistente e protetora por parte dos pais e o acúmulo de acontecimentos negativos ou doenças crônicas poderá provocar ruptura de elos parentais.

É neste cenário que se desenvolvem os adolescentes e pré-púberes que são público alvo da proteção Social Básica e usuários do CRAS. Assim, o trabalho com tais sujeitos mostra-se imperativo e desafiador para as (os) operadoras (es) da Política Nacional de Assistência Social.

2.2. Da constituição dos serviços destinados às (aos) adolescentes no âmbito da Política de Assistência Social

O tema da juventude tem ocupado um lugar de relevância na Agenda Social do Governo Federal desde a redemocratização do Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, cujos objetivos gerais são a redução da pobreza e da desigualdade, a erradicação da fome e a promoção da autonomia e da inclusão social das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade.

No processo de construção da Agenda Social para esse público, visando dirimir os impactos próprios da questão social³ que atravessam as vivências de puberdades periféricas, vemos esforços através da coordenação dos Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) que juntos compuseram um Grupo de Trabalho buscando promover a integração de programas governamentais para o público juvenil. A meta era produzir via de articulação intersetorial entre as políticas públicas representadas pelos ministérios acima citados e os respectivos programas, na tentativa de qualificar as ações e os resultados.

Como resultado desta iniciativa, optou-se pela reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, implantado em 2005, o qual trouxe a ampliação da faixa etária para o público de 15 a 29 anos e o ampliando para quatro modalidades: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo – Saberes da Terra. O novo Projovem foi lançado em setembro de 2007 na gestão de Luís Inácio Lula da Silva, e em seguida regulamentado através da Lei nº 11.629, de 10 de junho de 2008.

O Projovem Adolescente, coordenado pelo MDS, era destinado a jovens de 15 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e jovens advindos de programas e serviços da Proteção Social Especial (PSE), como o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, ou ainda jovens sob medidas de proteção ou socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo configurava-se, assim, como elemento relevante na concretização da rede de amparo e promoção social que está sendo construída de forma republicana e pactuada no Brasil. Tratava-se de mais um componente do processo de construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, implementado com a atuação soli-

³ “Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 27)

dária do Governo Federal, de Estados, de Municípios e do Distrito Federal. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pág. 5, §1, 3, 4, 6 e pág. 6, §1)

Em abril de 2013, foi publicado o passo a passo do Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no intuito de “unificar as regras para oferta do SCFV, unificar a lógica de cofinanciamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV, otimizando recursos humanos, materiais e financeiros”. (Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Passo a Passo, pág. 1, § 3º).

Tal serviço é complementar as ações do Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF) se ocupa de ações e serviços continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social na unidade do CRAS. Sendo assim, o CRAS necessariamente deve ofertar os serviços e ações do PAIF, onde também devem ser prestados outros serviços, programas, projetos, benefícios às famílias e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos.

O SCFV é um serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, com objetivo de assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, valorizar a cultura de famílias e comunidades locais pelo resgate de suas culturas e a promoção de vivências lúdicas, desenvolver o sentimento de pertença e identidade e promover a socialização e convivência”. (Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Passo a Passo, pág. 3, § 2º).

3. Metodologia

O público alvo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de é formado adolescentes com idade entre 15 e 17 anos em situação de vulnerabilidade social, que residem na área de abrangência do CRAS Arraial d’Ajuda.

O Serviço acontecia através de dois encontros por semana, nos turnos matutino e vespertino no intuito de resguardar a presença escolar e ampliar a participação dos adolescentes da comunidade. A duração dos encontros era de aproximadamente 90 minutos, seguindo Orientações Técnicas sobre o PAIF – Trabalho Social com Famílias (2012). As atividades ocorrem sob coordenação do orientador social, supervisionado por técnico de referência do CRAS Arraial d’Ajuda e auxiliado pelo facilitador social do SCFV.

4. Resultados

No primeiro encontro houve a recepção dos participantes do coletivo pela equipe técnica do CRAS Arraial d’Ajuda, orientador e facilitador social do SCFV realizando a acolhida, momento que possibilitou explicar sobre o CRAS e os serviços ofertados. No segundo momento

com os coletivos houve a coleta das demandas dos adolescentes, através de conversa entre equipe técnica do CRAS Arraial d'Ajuda, orientador e facilitador social, o que contribuiu significativamente na elaboração de um projeto de intervenção para o SCFV.

O terceiro encontro destinou-se à criação das regras de convivência pelos próprios participantes do grupo, coordenados pelo orientador e pelo facilitador social do SCFV, resultando assim num maior compromisso dos adolescentes com as atividades realizadas.

A partir dos três primeiros encontros foi possível fomentar construções coletivas assistindo e debatendo sobre o filme “Morrinhos”. Posteriormente iniciou-se a construção de uma “caixa de música”, na qual foram coletadas ideias de versos criados pelos adolescentes, que depois foram trocados com uma “caixa de música similar” confeccionado pelo grupo de idosos para composição de canções e gravação de um CD com as músicas compostas pelos participantes dos dois grupos promovendo além da construção coletiva, o relacionamento intergeracional. Houve ainda, em outro encontro troca de vivências e saberes, através de escolha de um nome para a caixa de música, bem como um tema para a canção a ser posteriormente composta pelos adolescentes.

Através de passeio realizado na Cidade Histórica e visita ao museu em Porto Seguro foi proporcionado momentos de socialização através do lazer e reconhecimento territorial de alguns recursos turísticos do município.

Trabalhamos o tema da prevenção ao abuso sexual contra crianças e adolescentes com enfoque no assédio realizado por meios virtuais utilizando como metodologia o filme “Confiar” que trata desta temática e que promoveu a reflexão sobre os perigos existentes na utilização da internet.

O principal tema escolhido pelo grupo de adolescentes para composição da música foi o preconceito racial e seguindo a proposta dos participantes realizou-se reflexão sobre as relações raciais/étnicas resgatando de forma histórica e sintética a “Abolição da Escravatura”.

Fomentamos a importância do convívio social e intergeracional através do planejamento de festa junina em parceria com o grupo de idosos do CRAS Arraial incentivando novamente à produção coletiva através da realização de enfeites para festa e mais uma vez proporcionando o convívio com participação dos grupos de diferentes faixas etárias na execução da festa junina.

Realizamos reflexão sobre o tema “*Bullying*” e suas consequências por meio da leitura de textos sobre a temática, debatendo sobre o respeito às diferenças e possibilitando aos adolescentes conhecer estratégias para evitar sofrer ou causar sofrimento a outros, o que gerou a produção de cartazes com imagens que retratam e coíbem situações de *Bullying*.

Outra atividade externa muito proveitosa foi o contato com a rádio da comunidade como reconhecimento de meio de comunicação local, verificando a disponibilidade de uso da mesma como instrumento para a participação cidadã a ser efetivada no ano seguinte.

Realizamos ainda importante enfoque contextualizado sobre o processo eleitoral e a participação de cada indivíduo na construção e efetivação da democracia utilizando materiais extraídos da internet sobre os princípios básicos para o processo eleitoral, funcionamento de urna eletrônica, exercício de cada cargo político, proporcionando assim, uma reflexão sobre a importância do papel individual e social como cidadão brasileiro.

5. Considerações Finais

Diante do exposto, pudemos perceber que alcançamos os objetivos propostos inicialmente, pois houve coesão grupal, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e desenvolvemos o protagonismo nos adolescentes por meio do empoderamento de veículo de comunicação local e dos recursos turísticos, bem como o sentimento de pertença e reconhecimento do território. Outra conquista significativa foi o rompimento de preconceitos com pessoas de diferentes faixas etárias, em especial pessoas idosas, por meio da promoção de atividades intergeracionais que demonstraram na prática que o idoso é um sujeito de direitos assim como outros e que o processo da velhice é algo natural, mas não significa que a pessoa idosa não possa ser produtiva nos mais diversos campos da vida.

De forma geral pudemos perceber no desenvolvimento do trabalho, mudanças significativas no modo como os adolescentes percebem o mundo e as pessoas à sua volta e como a participação no SCFV promoveu o respeito às diferenças e, sobretudo, a consciência de que todos somos sujeitos de direitos e deveres.

Referências

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Trad. S. M. G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

Adolescências, juventudes e socioeducativo: concepções e fundamentos/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1.Ed. – Brasília (2009).

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

BRASIL. Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Passo a Passo/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília (03 de abril de 2013).

BRASIL. Orientações Técnicas sobre o PAIF – Trabalho Social com Famílias, Vol. II, versão preliminar (2012).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**, 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

KALINA, E. **Psicoterapia de Adolescentes: Teoria, Técnicas e Casos Clínicos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

MENESES, C. CAMPOS, D.L. TOLEDO, T.B.. Estagiamento de *Tanner*: um estudo de confiabilidade entre o referido e o observado. **Adolesc. Saúde (Online)**; 5(3): 54-56, jul.-set. 2008. Ilus, 2008.

SZYMANSKI, H. Práticas Educativas Familiares: A Família como Foco de Atenção Psicoeducacional. Ver. **Estudos de Psicologia, PUC – Campinas**, v.21, n.2, p.5-16, maio/agosto 2004.

VOLPI, M. (org.). **O adolescente e o ato infracional**. (10 ed). São Paulo: Martins Fontes, 2015.